

# É POSSÍVEL AVALIAR TRADUÇÕES?<sup>1</sup>

Paulo Henriques Britto

Não é a imagem pouco nítida justamente aquela de que, com frequência, precisamos?

WITTGENSTEIN, *Investigações filosóficas*, §71

Há alguns anos venho desenvolvendo um projeto de pesquisa cujo objetivo é elaborar uma metodologia que permita avaliar traduções de poesia com certo grau de objetividade.<sup>2</sup> Meu ponto de partida é a idéia um tanto óbvia de que a razão de ser da tradução é permitir que as pessoas leiam textos escritos em idiomas que elas desconhecem. Assim sendo, como observa Lefevere (1975: 3), as traduções só podem ser julgadas pelas pessoas que delas não têm necessidade; os leitores que são obrigados a servir-se de textos traduzidos não têm competência para fazer tais avaliações. Caberia, pois, aos críticos de tradução avaliar as traduções de poesia, com o fim de orientar o consumidor de traduções de poesia disponíveis no mercado, do mesmo modo que se espera dos especialistas em informática que orientem os consumidores de computadores e *software*, comparando os diferentes produtos e avaliando-os.

Há, na área dos estudos da tradução, algumas abordagens que estudam o texto traduzido sem cotejá-lo com o original, desse modo evitando qualquer juízo de valor referente à qualidade das traduções. É a posição, por exemplo, dos Estudos Descritivos da Tradução (DTS), que analisam os textos que uma dada sociedade reconhece como traduções sem sequer se perguntar se eles são traduções de fato, muito menos se são traduções bem realizadas. É perfeitamente razoável a idéia de que, em princípio, todo texto que circula numa dada sociedade como tradução pode e deve ser examinado pelos estudiosos da tradução, e é importante que haja quem se dedique com exclusividade a essa linha de pesquisa. Mas, uma vez estudados tais textos, coloca-se de modo

---

<sup>1</sup> O presente artigo utiliza material extraído de uma palestra inédita proferida no seminário “Etnografia e tradução”, no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UERJ, em 1º de dezembro de 2005. O autor gostaria de agradecer a suas colegas Helena Martins e Maria Paula Frota as críticas, sugestões e indicações bibliográficas.

inevitável a questão da avaliação: quais dos textos tidos como traduções numa dada sociedade devem ser considerados traduções propriamente ditas, e quais seria melhor classificar como pseudotraduções, adaptações ou imitações? Dadas duas ou mais traduções de um mesmo texto, qual delas pode ser considerada a mais bem realizada sob qual aspecto? No mundo real, fora da atmosfera por vezes rarefeita das discussões acadêmicas, uma das questões mais importantes para a tradução é precisamente a da avaliação. Qual das duas traduções recentemente publicadas no Brasil da obra fundamental de Schopenhauer, *Die Welt als Wille und Vorstellung*, deve ser preferida pelo leitor que não tem condições de adquirir e ler ambas, e que não tem competência de julgá-las confrontando-as com o original (pois, se tivesse, certamente leria o texto em alemão)? Como avaliar a nova tradução do *Ulysses* de Joyce feita por Bernardina da Silveira Pinheiro em relação à antiga, assinada por Antônio Houaiss? Ou a nova tradução de Proust de Fernando Py em comparação com a empreendida no passado por um grupo de tradutores que incluía Carlos Drummond de Andrade e Mário Quintana? Tais questões são vitais para os leitores, para os editores e para os próprios tradutores. A mim, em particular, interessa-me comparar e avaliar as traduções de poesia, e responder a perguntas como: nesta e naquela tradução deste poema, foram reproduzidos os recursos formais mais importantes do poema original — métrica, rima, aliterações? O registro do original — elevado, médio, baixo, misto — foi mantido? Quantas palavras há no original a que nada corresponde na tradução, e quantas palavras há na tradução a que nada corresponde no original? Quais as vantagens e desvantagens de utilizar o decassílabo ou o dodecassílabo na tradução do pentâmetro jâmbico? Quais as características de cada uma das diversas traduções dos sonetos de Shakespeare que podem ser encontradas nas livrarias? Quais delas deveríamos recomendar a um leitor de poesia que não domine o inglês em grau suficiente para ler Shakespeare no original? Tais questões podem e devem ser investigadas, utilizando-se métodos racionais e razoavelmente objetivos. É o que tenho tentado fazer na minha pesquisa.

Se consideramos que esse trabalho crítico de avaliação tem de ser feito em algum momento, voltamos ao ponto de Lefevere: quem senão o leitor bilíngüe, que conheça o ofício da tradução e saiba ler poesia, estaria capacitado para emitir tais juízos de valor? Porém é possível defender uma outra posição: a de que *ninguém* deve fazer o

---

<sup>2</sup> Exemplos de aplicações dessa abordagem poderão ser encontrados em vários dos artigos incluídos no número 3 de *Tradução em Revista* (disponível em [http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG\\_1188.D2W/INPUT?CdLinPrg=pt](http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/cgi-bin/db2www/PRG_1188.D2W/INPUT?CdLinPrg=pt)).

trabalho de avaliação de traduções. Os argumentos em favor dessa posição são vários. Talvez o principal deles seja o que parte do fato inegável de que as opiniões variam, que todos os juízos de valor são relativos, que não há critérios absolutos com base nos quais se possam estabelecer avaliações definitivas. Nesse caso, deveríamos concluir que os juízos de valor são inúteis, pois tudo que eles fazem é expressar o gosto do crítico. Na melhor das hipóteses, a crítica só revela que o crítico que aprova/reprova uma tradução parte de pressupostos semelhantes a/diferentes dos que são adotados pelo tradutor em questão.<sup>3</sup> No que diz respeito à diferenciação entre traduções e não-traduções, chama-se a atenção para o fato de que não há uma linha nítida separando, por exemplo, as traduções das adaptações, sendo inúmeros os casos limítrofes; isso bastaria para desqualificar a proposta de diferenciar uma categoria da outra. Vale a pena examinar tais posições mais a fundo, já que elas parecem ter larga aceitação hoje em dia na área dos estudos da tradução, e que posturas análogas se tornaram comuns no campo mais amplo que costuma se designar pelo termo “teoria” *tout court*.

O primeiro argumento contra a idéia de que não se devem fazer juízos de valor por eles serem instáveis e relativos consiste na pergunta: será possível *não* avaliar? A meu ver, é forçoso que a resposta seja uma negativa. É simplesmente impossível, em algum momento, *não* julgar; o máximo que se pode fazer é suspender por algum tempo o ato de julgar, e escamoteá-lo quando ele surgir. Mais cedo ou mais tarde, somos levados a fazer juízos de valor e a agir com base neles. Quando um estudioso (mesmo um que afirme que não se devem emitir juízos de valor) critica ou defende uma posição, ele está exercendo seu juízo de valor; quando, ao discutir certa passagem do autor fulano, ele concorda com a leitura de beltrano e discorda da de sicrano, ele está fazendo uma avaliação. O leitor que utiliza uma tradução pondo entre parênteses, por assim dizer, o fato de que ela é uma tradução e não o original, está implicitamente fazendo uma avaliação positiva do trabalho do tradutor; por outro lado, ao esbarrar numa passagem ambígua ou de difícil compreensão, o leitor sempre se perguntará se a tradução é de fato confiável; se tiver acesso ao original e condições de consultá-lo, ele o fará — e, neste momento, estará novamente avaliando a tradução.

Deixemos de lado, porém, a impossibilidade de suspender o juízo de valor, para examinar a questão por outro ângulo. O pressuposto básico da crítica à avaliação é a idéia de que, como as opiniões referentes a valor diferem e não há como chegar a uma

---

<sup>3</sup> A respeito desse argumento em particular, v. Britto (2006).

base inquestionável para emití-las, segue-se que elas devem ser descartadas. Em suma: se as avaliações não podem se fundar em critérios absolutos, não se deve avaliar. A meta de uma avaliação de valor é ser totalmente objetiva: a idéia é analisar o mérito de uma tradução de poesia com base nos recursos utilizados pelo tradutor em comparação com os usados pelo autor do original, sem a interferência de fatores subjetivos — os pressupostos teóricos tomados como ponto de partida, as simpatias e antipatias pessoais, as preferências emocionais por certas palavras em detrimento de outras, etc. Ora, é fácil demonstrar que nenhum juízo de valor é de todo livre de perturbações externas causadas por fatores que não os estritamente objetivos. Portanto — eis a conclusão — *nenhum* grau de objetividade é possível, e a própria *meta* de objetividade se torna suspeita. Se não se pode atingir uma meta em caráter absoluto, a própria meta deve ser deixada de lado.

Para muitos autores contemporâneos, esse mesmo tipo de questionamento se volta não apenas contra os juízos de valor, mas também contra qualquer conceito que não tenha bases absolutamente seguras: todos eles devem ser “desconstruídos”. Eis a fórmula que resume essa posição: toda proposição *p* deve ser entendida ou como (a) verdadeira em toda e qualquer situação, sem ressalvas, sem dúvidas e sem ambigüidades; ou então como (b) inteiramente inutilizável. Caso (a) não se observe, caímos em (b). Por exemplo, se uma distinção não pode ser estabelecida de modo absoluto, sem qualquer ambigüidade, ela deve ser descartada; a ocorrência de um caso limítrofe ou indefinido é suficiente para condenar toda a distinção. Assim, basta a existência de um único texto difícil de classificar como original ou tradução para que a distinção entre original e tradução tenha de ser descartada. A famosa tradução de Edward Fitzgerald dos *Rubaiyat* de Omar Khayyam é vista por uns como uma tradução, por outros como um original; devemos concluir, portanto, que distinções entre original e tradução — e, pela mesma lógica, entre tradução e adaptação, ou entre tradução e pseudotradução — são mitos “logocêntricos” que não se sustentam.

Saindo do campo da tradução, podemos encontrar um bom exemplo dessa forma de pensamento na conhecida polêmica entre Searle e Derrida em torno da noção de performativo, criada por Austin.<sup>4</sup> Searle define a força locutória de um proferimento — uma ordem, por exemplo — em termos do que ele entende por *uso normal* da linguagem, numa interação cotidiana, e ressalta que existem usos da linguagem que são “parasitários” em relação ao uso normal — como as falas de um ator num palco — nos

quais a força do performativo pode ser suspensa. Uma expressão tem seu uso básico quando é utilizada numa conversação na vida real, e portanto supõe-se que ela tenha uma determinada força elocutória que não terá necessariamente quando usada numa peça teatral, em que nenhum espectador vai acreditar na sua veracidade por saber que se trata de um uso ficcional. Quando um ator que interpreta um rei ordena que seja morto um prisioneiro, a platéia sabe que esta fala não tem a força elocutória que teria na boca de um rei de verdade numa monarquia absoluta; a fala do ator não deve ser entendida como uma sentença de morte real.

Derrida, porém, afirma que é impossível sustentar a distinção traçada por Austin e defendida por Searle entre uso básico e uso secundário da linguagem. Escreve ele: “O que está em jogo é acima de tudo a impossibilidade estrutural e a ilegitimidade de tal ‘idealização’, mesmo sendo ela metodológica e provisória” (*apud* Culler 1987: 117).<sup>5</sup> Para Derrida, a própria *possibilidade* de que uma expressão seja usada em ficção é suficiente para negar a idéia de que um possível uso não ficcional seja de algum modo “normal”, no sentido de mais básico ou mais central. Dizer que alguns usos da linguagem são mais sérios que outros — considerar, por exemplo, que a vida real é em algum sentido mais séria que uma representação teatral — é inadequado, pois, como observa Culler, “o comportamento ‘sério’ é um caso especial de representação de papéis” (p. 119). Em suma: como não temos uma garantia metafísica de uma distinção inquestionável do que é real e do que é ficção, cai por terra qualquer tentativa de distinguir uma coisa da outra. Não havendo um chão estável em que fundar uma noção de realidade claramente distinguível da categoria do ficcional — ou seja, não havendo uma garantia metafísica dessa distinção — não é lícito considerar o diálogo entre um monarca absolutista e seu primeiro-ministro (ou entre um cirurgião e seu auxiliar durante uma operação de alto risco, ou entre um piloto comercial e um controlador de voo) mais sério que o diálogo entre dois atores num palco. Só nos resta admitir que o rei e o primeiro-ministro (tal como o cirurgião e seu auxiliar, o piloto e o controlador de voo) estão tão envolvidos em *role-playing behavior* quanto os atores no palco, e questionar (ou “desconstruir”) “a oposição hierárquica sério/não-sério” (p. 118).

O fato de a posição de Derrida constituir uma agressão evidente ao senso comum não depõe, por si só, contra ela. Categorias que funcionam no senso comum muitas vezes têm de ser questionadas no campo do saber especializado. Para dar um exemplo

<sup>4</sup> Sigo aqui o resumo apresentado por um defensor de Derrida, Culler (1987: 114 segs.).

<sup>5</sup> Em todo o presente texto, as citações foram traduzidas por mim.

trivial: a experiência cotidiana de empurrar uma cadeira exercendo força sobre ela nos leva a estabelecer uma relação direta entre força e velocidade; mas basta um conhecimento rudimentar de física clássica adquirido na escola secundária para aprendermos que a relação correta se dá entre força e aceleração, e não entre força e velocidade. E se passamos para a física moderna, os aparentes contra-sensos se multiplicam; a ciência não tem compromisso com as categorias do senso comum. Mas, no caso em questão, o que está sendo afrontado não é só o senso comum. Quando um teórico abole a distinção entre ficção e realidade, entre seguir numa direção e atingir uma meta, quando ele afirma que a existência de um único caso de ambigüidade derruba todo um sistema de categorização, ele não está rejeitando apenas certas categorias do senso comum, como a distinção entre “vida real” e “ficção”, ou entre “usos sérios” e “usos lúdicos” da palavra, mas também alguns parâmetros básicos do trabalho científico.

Vejamos alguns exemplos. Nas ciências ditas exatas, ou naturais, simplesmente não se observa a máxima pós-estruturalista segundo a qual se uma meta (como a objetividade na avaliação, ou a fidelidade na tradução) é inatingível, ela não pode servir de orientação para uma atividade. Sabemos que é impossível criar, num laboratório, um ambiente que esteja na temperatura de zero absoluto ( $-273,15^{\circ}\text{C}$ ). No entanto, os físicos muitas vezes precisariam realizar experiências nessa temperatura. O que se faz é chegar o mais próximo possível dessa meta e em seguida, ao analisar os resultados do experimento, fazer os descontos necessários. Se os físicos fossem pós-estruturalistas, talvez eles concluíssem que, como não é possível atingir o zero absoluto, seria perda de tempo formular experimentos que envolvam essa temperatura; talvez se sentissem tentados a desconstruir o próprio conceito de zero absoluto. Deixo à imaginação do leitor as possíveis consequências que teria sobre a aviação civil uma abordagem pós-estruturalista da ciência dos materiais, diante da constatação de que é impossível obter-se um material que resista a *quaisquer* condições de temperatura e pressão e a impactos de *qualquer* natureza.

Também é estranha às ciências naturais a maneira de pensar segundo a qual a existência de um caso fronteiro entre duas categorias implica que a categorização em questão não se sustenta. A existência de vírus — estes seres que se reproduzem, mas não nascem, nem se alimentam, nem crescem, nem morrem — não obriga os biólogos a abolir a distinção entre seres animados e seres inanimados. Tampouco a ocorrência de um ser humano hermafrodita, nascido com órgãos genitais dos dois sexos, leva os

biólogos a negar a existência de dois sexos na nossa espécie. Do mesmo modo, a constatação de que a luz pode ser encarada tanto como um fenômeno ondulatório quanto como um feixe de partículas não levou os físicos a negar a existência das categorias “onda” e “partícula”. Assim, para as ciências naturais, o fato de um princípio ou categoria não ter validade absoluta não implica que o princípio ou categoria em questão deva ser invalidado.

Ao contrário do que parecem pensar muitos acadêmicos das áreas humanas, faz parte do trabalho científico o convívio com o ambíguo e o incompleto. Os físicos aceitam o princípio da indeterminação de Heisenberg — segundo o qual é impossível atribuir valores precisos para certos pares de variáveis observáveis, como a posição e o momento de uma partícula subatômica — sem concluir que esse princípio nos deveria levar a abrir mão das noções de posição ou de momento. Do mesmo modo, o teorema da incompletude de Gödel afirma que, em qualquer teoria formal consistente na qual se possam provar fatos aritméticos, é possível formular uma afirmação aritmética que não se pode provar nem refutar na teoria. Esse teorema pode ter abalado a autoconfiança da comunidade matemática internacional por algum tempo, mas não consta que tenha sido feita nenhuma proposta séria de abandonar os conceitos em que se baseiam a aritmética e a lógica.

Temos, pois, que algumas maneiras de pensar praticadas por muitos estudiosos na área de estudos de tradução, e nas ciências humanas em geral, causariam estranheza no campo das ciências da natureza. Seria possível, neste ponto, argumentar: mas nada obriga as ciências humanas a adotarem exatamente os mesmos métodos e os mesmos princípios que as ciências naturais. De fato, o fenômeno da linguagem natural humana levanta, no estudo do comportamento humano, questões de ordem muito diversa das que são encontradas no mundo natural, e é de se esperar que as ciências humanas recorram a princípios e métodos diferentes dos das ciências naturais. Utilizemos o termo “cientismo” para designar a atitude reducionista que consiste na “extensão *ilegítima* dos métodos e formas de explicações das ciências naturais” para “o estudo do homem como ser cultural, social e histórico” (Hacker 2001: 38). Podemos, pois, rejeitar o cientismo, definido desse modo, e ao mesmo tempo criticar o que chamarei de “anticientificismo”. Trata-se da idéia, característica de algumas abordagens pós-estruturalistas, segundo a qual o conhecimento científico se baseia em princípios que, por não terem um lastro metafísico absoluto, não podem servir de base a um *corpus* de conhecimentos confiável. A meu ver, o anticientificismo pós-estruturalista, que tende a relativizar o conhecimento



científico e questionar sua suposta superioridade, vai muito além da rejeição do cientismo reducionista, e termina por cair num ceticismo radical. Tome-se, por exemplo, a posição segundo a qual a inexistência de uma diferenciação entre duas categorias A e B que seja inteiramente livre de ambigüidades é razão suficiente para abolir todo o sistema de categorizações que leva à criação de A e B. Tal maneira de pensar não é apenas alheia à maneira de agir dos cientistas naturais: ela inviabiliza qualquer intenção de se obter conhecimento — o qual necessariamente passa pela criação de categorias — num mundo onde não há mais lugar para absolutos metafísicos. Do mesmo modo, a idéia de que a impossibilidade de atingir uma meta implica que não faz sentido seguir em direção a essa meta, se fosse levada a sério, inviabilizaria todo e qualquer empreendimento humano, e não apenas a ciência. Se a meta de se conservar sempre saudável é inatingível, já que todos nós estamos fadados a adoecer e morrer em algum momento, devemos concluir que cuidar da saúde é inútil?

Caberia perguntar: por que motivo se popularizaram de tal modo nas ciências humanas maneiras de pensar tão radicalmente anticientíficas? A questão é ampla demais para ser discutida aqui, mas permitam-me arriscar uma hipótese. Durante um certo período — *grosso modo*, de meados dos anos sessenta aos setenta — a matematização da sintaxe parecia indicar que em pouco tempo a lingüística atingiria um grau de respeitabilidade científica que era inimaginável poucas décadas antes. Nessa época, a lingüística foi um ideal a que aspiravam as ciências humanas. Porém, à medida que os diferentes modelos propostos por Chomsky e outros lingüistas se tornavam mais complexos e menos elucidativos, a idéia de que a lingüística caminhava a passos largos rumo ao estabelecimento de um *grand récit* estável e abrangente foi ficando cada vez menos digna de crédito. Em particular, as dificuldades levantadas pelo problema da formalização da semântica deixaram claro que a questão do significado era o ponto fraco de qualquer teoria lingüística de caráter formal. Sendo impossível criar uma metalinguagem para falar do significado que não contivesse os próprios significados que se queriam descrever, a semântica formal estava condenada a uma circularidade eterna. O impasse a que chegou a lingüística levou muitos à conclusão de que não se podia formular um modelo matematicamente rigoroso, concebido segundo o modelo da lógica, que descrevesse as línguas naturais. Ora, alguns lingüistas que, no decorrer desse período, adquiriram um conhecimento sólido de epistemologia e matemática, embora abandonassem o grande projeto de um modelo abrangente e funcional, continuaram a utilizar o método científico em seu trabalho. Outros foram mais longe, e concluíram que



as ciências humanas requeriam uma abordagem diferente da que é adotada nas ciências naturais.<sup>6</sup> Porém, fora do campo da lingüística, na área da teoria literária, é possível que alguns tenham tirado desse impasse uma conclusão bem mais radical: a de que o fenômeno da linguagem não pode ser abordado através da ciência, ou mesmo pelo pensamento racional. Dizer que é impossível formular um modelo matemático que descreva de modo útil um determinado fenômeno *não* significa que o fenômeno em questão esteja além do alcance da ciência, nem que o método científico ou o pensamento racional não sejam instrumentos adequados para estudá-lo. Mas alguns entenderam que a impossibilidade de uma formulação rigorosamente matemática do campo semântico implicaria uma crítica radical a todas as categorias da ciência ocidental — mais ainda, a certos conceitos fundamentais do pensamento ocidental, tais como razão, sujeito e significado. Estaria assim justificada a desestabilização radical do significado. Os textos em si nada significam; sentidos em eterna deriva remetem a outros sentidos.

Esta maneira de pensar parece ter levado alguns acadêmicos à conclusão de que a ciência não apenas se demonstrou incapaz de dar conta do fenômeno da linguagem como também se revelou um empreendimento vazio, na medida em que não pode nos garantir a presença do Ser. Em coerência com sua rejeição da atitude científica, esses estudiosos adotaram em seu lugar um caldo de cultura com ingredientes bastante heterogêneos, entre os quais se incluem doses de ceticismo clássico (não o de Hume, mas o de Sexto Empírico, para lembrar uma distinção feita por Nussbaum 1994), pragmatismo e fenomenologia, feminismo radical e mesmo um certo fascínio — oriundo dos estudos pós-coloniais e de um orientalismo romântico de inspiração contracultural — por formas de pensamento não-ocidentais, saudadas como salutares antídotos à ciência e ao racionalismo, tidos por “eurocêtricos” ou mesmo “imperialistas”. Um componente importante dessa mentalidade é herdeiro de uma tradição filosófica que, diante dos questionamentos radicais feitos ao empreendimento metafísico a partir de Nietzsche, abraçou uma espécie de metafísica negativa, com os sinais trocados. Com o colapso da metafísica tradicional, alguns autores continuam a pensar como metafísicos, com a única diferença de que as noções de “ser” ou “presença” foram substituídas pelas de “nada” ou de “ausência”. Diante da constatação de que Deus não existe, uns se tornam ateus; outros, porém, nostálgicos, preferem criar uma nova igreja, com teologia, liturgia, ritos, sacerdócio e tudo o mais, em torno de um

<sup>6</sup> Para uma defesa dessa posição, v. Hacker 2001: 34-73.

altar onde está entronizado o grande deus Nada. Para estes, o fim dos absolutos torna-se o novo absoluto.<sup>7</sup>

Voltemos à tradução. Parte da desconfiança com que atualmente o campo da teoria é visto pelos tradutores práticos, que não atuam na universidade, pode ser atribuída a um preconceito antiacadêmico muito difundido nas áreas de atividade prática; mas boa parte da responsabilidade por essa situação deve ser assumida pela própria academia. Imagine-se um tradutor que tenha passado anos de sua vida lendo, estudando e traduzindo a obra de um poeta, debruçando-se minuciosamente sobre cada verso, consultando dicionários, estudos literários, cartas e diários, memórias e biografias, na tentativa de chegar o mais próximo possível dessa complexa estrutura de sons, imagens e significados que é um poema, para poder reproduzir algo do efeito dessa estrutura num outro idioma, e comparando cuidadosamente o resultado de seus esforços com os obtidos por seus pares. Imagine-se agora que esse tradutor resolva ler um texto acadêmico de orientação pós-estruturalista a respeito da sua atividade, a tradução. Ele ficará sabendo que todo esse tempo não fez outra coisa senão perseguir uma quimera: o texto sobre o qual vem se debruçando na verdade não contém nenhum significado; todos os significados que ele encontra naquele texto provêm, na verdade, de uma certa “comunidade interpretativa” que se comunica com ele através de algum meio misterioso (certamente não através de textos, pois, afinal de contas, os textos nada significam). Outros autores lhe dirão que as traduções que ele produziu têm exatamente o mesmo *status* que o texto por ele traduzido, pois o conceito de “original” não passa de uma contrafação iluminista; que as oposições original/tradução e autor/tradutor são meros construtos ideológicos análogos à oposição masculino/feminino, em que o primeiro termo é o dominador e o segundo, o dominado; e que num mundo não-sexista e não-imperialista não haveria qualquer distinção entre o trabalho de autoria e o trabalho de tradução. Ora, nosso hipotético tradutor só poderá encarar tais afirmativas com, na melhor das hipóteses, um sorriso nos lábios. Em particular, a idéia utópica de um mundo em que não se trace nenhuma discriminação odiosa entre original e tradução inevitavelmente o fará lembrar — se ele foi jovem nos anos sessenta e setenta — os prognósticos de que, na nova sociedade que surgiria sob o signo de Aquário, não haveria sexismo nem guerras, o etos do trabalho seria substituído pelo do ludismo, e o racionalismo “careta” daria lugar a um êxtase beatífico permanente. Não admira que um

---

<sup>7</sup> Veja-se, a propósito, o tratamento dado por Culler (1987) ao conceito de “ausência” em sua apresentação do pensamento de Derrida.

tradutor prático como Landers (2001), num livro sobre a tradução literária, cometa a injustiça de dedicar a todo o empreendimento teórico das últimas décadas não mais do que três páginas desdenhosas, culminando com a frase: “a tradução literária por si só já é bem difícil, e não precisa de enrolações intencionais” (p. 54). Atitude idêntica é manifestada pelo mais conhecido tradutor norte-americano de literatura latino-americana, em espanhol e em português, Gregory Rabassa. Tendo afirmado que não se incomoda de ser considerado um “dinossauro”, por praticar a tradução sem qualquer reflexão teórica, eis como ele caracteriza o teórico:

Os que nos chamam de dinossauros devem receber, por sua vez, um epíteto que seja condizente com suas atividades e que os compare, de modo análogo, a alguma espécie animal. Opto pela hiena. Trata-se de uma criatura deselegante e desajeitada, que anda em bandos e se alimenta com a carniça de presas abatidas por animais mais nobres (Rabassa 2005: 46).

Ainda que não concordemos com tais generalizações, temos de admitir que a reação por elas expressa não é de todo injustificada.

Quando defendem suas posições, os teóricos pós-estruturalistas costumam argumentar que a única alternativa a elas é uma crença platônica no significado estável, eterno e transcendente, inscrito na carne das palavras. Mas essa estratégia retórica não deve ser levada a sério. É perfeitamente possível rejeitar as desconstruções radicais das categorias básicas em que se funda a linguagem sem cair numa posição essencialista. É o que fazem os autores que seguem o caminho aberto por Wittgenstein, uma proposta que evita tanto a Cila do essencialismo quanto a Caríbdis do ceticismo radical. E o ponto de partida deve ser a crítica ao pressuposto básico da postura pós-estruturalista — a idéia de que, na ausência de absolutos, não resta nenhuma valor. Ousemos discordar: restam valores relativos, o que não é a mesma coisa que nada.

### Referências bibliográficas

- BRITTO, Paulo Henriques (2006) “Fidelidade em tradução poética: o caso Donne”. *Terceira Margem X* (15), julho-dezembro, pp. 239-254.
- CULLER, Jonathan (1987) *On deconstruction: theory and criticism after structuralism*. London: Routledge & Kegan Paul.
- HACKER, P. M. S. (2001) *Wittgenstein: connections and controversies*. Oxford: Clarendon Press.
- LANDERS, Clifford E. (2001) *Literary translation: a practical guide*. Clevedon (Inglaterra): Multilingual Matters.
- LEFEVERE, André (1975) *Translating poetry: seven strategies and a blueprint*. Amsterdam/Assen: Van Gorcum.

- NUSSBAUM, Martha (1994) "Skepticism about practical reason in literature and the law." *Harvard Law Review* 107, pp. 714-744.
- RABASSA, Gregory (2005) *If this be treason: translation and its dyscontents: a memoir*. New York: New Directions.
- WITTGENSTEIN, Ludwig (1975 [1953]) *Investigações filosóficas*. Trad. de José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural.